



MINISTÉRIO DA CIDADANIA  
SECRETARIA NACIONAL DE ATENÇÃO À PRIMEIRA INFÂNCIA

NOTA TÉCNICA Nº 50/2020

**PROCESSO Nº 71000.036917/2020-42**

INTERESSADO: SECRETARIA NACIONAL DE ATENÇÃO À PRIMEIRA INFÂNCIA

1. **ASSUNTO**

1.1. Acordo de Cooperação Técnica entre o Programa Criança Feliz e o Programa Conta Pra Mim.

2. **REFERÊNCIAS**

2.1. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

3. **ANÁLISE**

3.1. Trata o presente processo de minuta de Acordo de Cooperação Técnica – ACT, a ser celebrado entre o Ministério da Cidadania, por meio da Secretaria Especial de Desenvolvimento Social, e o Ministério da Educação, por intermédio da Secretaria de Alfabetização, tendo como objeto *“estabelecer parceria entre as partes para a colaboração na promoção do desenvolvimento das estratégias de Literacia Familiar no âmbito das visitas domiciliares realizadas pelo Programa Criança Feliz – PCF”*, com prazo de vigência 12 meses a partir da assinatura, não envolvendo a transferência de recursos entre os partícipes.

3.2. A proposta inicial foi justificada pela Nota Técnica nº 3/2020, de 19/6/2020 (SEI nº 7980457), por meio da qual destacam-se os objetivos e componentes do Programa Criança Feliz, no âmbito do qual as ações do ACT serão desenvolvidas.

3.3. Por meio do Parecer nº 00561/2020/CONJUR-MC/CGU/AGU (SEI nº 8050045), a Consultoria Jurídica do Ministério da Cidadania não se opôs à celebração do Acordo de Cooperação Técnica, desde que observado o exposto nos itens 15, 19 e 21, quais sejam:

"15. Com relação ao sigilo de informações, observo que a regra geral na Administração Pública é a publicidade das informações, nos termos da Lei n. 12.527, de 2011. No entanto, ressalto que a cessão de informações sigilosas ou pessoais de registros administrativos do Ministério da Cidadania deve ser feita em observância às restrições e procedimentos dispostos no art. 8º do Decreto nº 6.135 de 2007, e na Portaria MDS nº 10, de 30 de janeiro de 2012. Se for o caso, recomendo que conste da minuta tal ressalva.

19. Recomendo que a área técnica avalie e se manifeste expressamente sobre a exequibilidade do Plano de Trabalho, visto que este envolve aspectos técnicos e de conveniência e oportunidade, de responsabilidade exclusiva da área técnica, não cabendo a esta Consultoria imiscuir-se em tal seara. O documento deverá ser aprovado no momento da celebração do Acordo, conforme dispõe o art. 116, § 1º da Lei nº 8.666, de 1993, acima transcrito.

20. Com relação à autoridade signatária por parte deste Ministério, observo o que dispõe o art. 7º Portaria/MC n. 305/2020: Art. 7º Fica delegada competência, permitida a subdelegação, para celebrar acordos de cooperação e instrumentos congêneres, inclusive internacionais, que não contemplam repasses de recursos e que tenham por objeto a execução de projetos ou a cooperação técnica, bem como seus respectivos termos aditivos, no âmbito de suas atribuições: I - ao titular da Secretaria-Executiva; e II- aos titulares das Secretarias Especiais. Parágrafo único. A competência de que trata o caput poderá ser subdelegada ao Secretário Executivo adjunto e aos Secretários Especiais adjuntos.

21. Portanto, o instrumento deverá ser firmado pelo Secretário Executivo ou pelo Secretário Especial de Desenvolvimento Social."

3.4. A Assessoria Especial de Controle Interno do Ministério da Cidadania, por meio do Parecer nº 122/2020/AECI/CGCOT (SEI nº 8077861) ressaltou não haver óbices à celebração do Acordo, desde que atendidas as recomendações da CONJUR, conforme Parecer jurídico (SEI nº 8050045).

3.5. Visando atender as recomendações do parecer jurídico, foi elaborada nova minuta de Acordo de Cooperação Técnica (SEI nº 8180971).

3.6. Em relação ao item 15 do parecer jurídico do Ministério da Cidadania, foram incluídas na minuta as observações em relação às restrições e procedimentos dispostos no art. 8º do Decreto nº 6.135 de 2007, e na Portaria MDS nº 10, de 30 de janeiro de 2012, mais especificamente no item h da cláusula terceira e na redação da cláusula décima segunda.

"CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES COMUNS

Manter sigilo das informações sensíveis (conforme classificação da Lei nº 12.527/2011- Lei de Acesso à Informação - LAI) obtidas em razão da execução do acordo, somente divulgando-as se houver expressa autorização do grupo técnico interministerial, **sempre observando-se às restrições e procedimentos dispostos no art. 8º do Decreto nº 6.135 de 2007, e na Portaria MDS nº 10, de 30 de janeiro de 2012**

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS DIREITOS SOBRE OS BENS PRODUZIDOS PELA PARCERIA

Caso a execução deste Acordo resulte na produção de bem submetido ao regime jurídico relativo à propriedade intelectual, a sua titularidade e seu direito de uso serão conjuntamente do Ministério da Cidadania e do Ministério da Educação, podendo também serem usados a qualquer momento depois da finalização deste acordo mediante autorização conjunta dos Ministérios, **observando-se às restrições e procedimentos dispostos no art. 8º do Decreto nº 6.135 de 2007, e na Portaria MDS nº 10, de 30 de janeiro de 2012.**"

3.7. O item 19 do parecer jurídico recomendou a manifestação expressa da área técnica sobre a exequibilidade do Plano de Trabalho, visto que este envolve aspectos técnicos e de conveniência e oportunidade.

3.8. Neste sentido, informamos que o Plano de Ação que consta no Plano de Trabalho, anexo ao Acordo, prevê atividades de disponibilização de técnicos para capacitar presencialmente os multiplicadores estaduais nas estratégias de Literacia Familiar; revisão / adaptação do Guia de Literacia Familiar do Programa Conta pra Mim, tendo como objetivo adequar a linguagem e a abordagem com foco nos visitantes domiciliares do Programa Criança Feliz; elaboração dos módulos EaD a serem incluso no Plano de Educação Permanente do PCF para a capacitação de Multiplicadores, Supervisores e Visitadores do Programa Criança Feliz; disponibilização on-line dos módulos de capacitação nas estratégias de Literacia Familiar; produção de material complementar de apoio aos conteúdos da capacitação EaD; elaboração de um calendário de envio de materiais (kits de Literacia Familiar e livros) às famílias beneficiárias do PCF; monitoramento do envio dos materiais aos municípios e elaboração de um cronograma de monitoramento da execução do acordo de cooperação.

3.9. Ressalta-se ainda a composição de um Grupo Técnico Interministerial, que será responsável por gerenciar a cooperação; zelar por seu fiel cumprimento; coordenar, organizar, articular, acompanhar, monitorar e supervisionar as ações que serão tomadas para o cumprimento do ajuste. O Grupo também será responsável por aferir os benefícios e alcance do interesse público obtidos em decorrência do ajuste, mediante a elaboração de relatório conjunto de execução de atividades relativas à parceria, discriminando as ações empreendidas e os objetivos alcançados, no prazo de até 90 (noventa) dias após o encerramento do Acordo.

3.10. A elaboração de relatório final do Acordo terá a finalidade de verificar o cumprimento de seu objeto e os resultados alcançados.

3.11. Desta forma, esta área técnica manifesta-se no sentido de que o plano de trabalho, com suas atividades, prazos e ações, são consideráveis exequíveis, tendo sido elaborado em conjunto pelos partícipes, visando alcançar os objetivos do Acordo.

3.12. O Plano de Trabalho será aprovado pelas partes no momento da celebração do Acordo, conforme dispõe o art. 116, § 1º da Lei nº 8.666, de 1993.

3.13. O item 21 do parecer jurídico ressalta a competência para assinatura do instrumento. Ressaltamos que o Acordo será firmado pelo Secretário Especial de Desenvolvimento Social do Ministério da Cidadania, conforme delegação disposta no art. 7º Portaria/MC n. 305/2020:

"Art. 7º Fica delegada competência, permitida a subdelegação, para celebrar acordos de cooperação e instrumentos congêneres, inclusive internacionais, que não contemplam repasses de recursos e que tenham por objeto a execução de projetos ou a cooperação técnica, bem como seus respectivos termos aditivos, no âmbito de suas atribuições:

I - ao titular da Secretaria-Executiva; e

II- aos titulares das Secretarias Especiais.

Parágrafo único. A competência de que trata o caput poderá ser subdelegada ao Secretário Executivo adjunto e aos Secretários Especiais adjuntos."

3.14. Ressalta-se que a Consultoria Jurídica do Ministério da Educação se manifestou por meio do Parecer nº 00740/2020/CONJUR-MEC/CGU/AGU (SEI nº 8179756) pela viabilidade jurídica da proposta, desde que atendidas as recomendações e ajustes que constam nos itens 14, 16 e 17, quais sejam:

"14. Em relação à minuta de acordo de cooperação técnica (Sei nº 2100528), constata-se por suas disposições que foi elaborada a partir de minuta disponibilizada pela Advocacia-Geral da União. Sobre a minuta presente nos autos, as seguintes considerações:

a) Preâmbulo - além do art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, mencionar também o Decreto nº 9.579, de 22 de novembro de 2018, e a Portaria nº 421, de 23 de abril de 2020, do Ministério da Educação, para que constem todos os fundamentos normativos da parceria;

b) Cláusula Nona - definir se a vigência do acordo será iniciada da sua assinatura ou da sua publicação. Na redação proposta constam os dois critérios, o que é inadequado;

c) Cláusula Décima-Sexta - retirar a Subcláusula Única, que trata do foro judicial competente para a resolução de conflitos decorrentes do acordo, o que é inadequado para parceria formada por dois órgãos da mesma entidade (União), cuja solução de conflitos deve se dar no âmbito da Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal – CCAF, órgão da Advocacia Geral da União.

d) Plano de trabalho - em anexo à minuta de acordo de cooperação técnica consta documento denominado "Descrição das atividades e cronograma de execução". Recomendamos que este documento seja denominado "Plano de Trabalho" e contenha os elementos que constam no §1º do art. 116 da Lei nº 8.666, de 1993 (apenas os que forem aplicáveis), acima transcrito. Outrossim, recomendamos seja adotado o modelo de plano de trabalho disponibilizado pela Advocacia-Geral da União, em [www.agu.gov.br](http://www.agu.gov.br).

16. Recomendamos que a Administração Consulente avalie o impacto financeiro-orçamentário da assunção dessas obrigações, inclusive estimando os quantitativos necessários dos materiais e da capacitação a serem disponibilizados ao público-alvo da parceria. Não identificamos nos autos a abordagem desses pontos, o que recomendamos seja providenciado para o completo planejamento da ação governamental.

17. Por fim, recomendamos que a Administração Consulente, após a estimativa dos custos decorrentes da parceria, certifique a disponibilidade orçamentária para as despesas, nos termos do art. 16 da Lei Complementar nº 101, de 2000."

3.15. Destaca-se que a nova minuta de Acordo (SEI nº 8180971), elaborada em conjunto pelos partícipes, contempla as recomendações previstas no item 14 do parecer jurídico do Ministério da Educação, com considerações no preâmbulo, cláusula nona e cláusula décima sexta.

3.16. O Plano de Trabalho já havia sido elaborado pelo Ministério da Cidadania de acordo com o modelo adotado pela Advocacia Geral da União, sendo submetido e aprovado pela Consultoria Jurídica do Ministério da Cidadania. Então, adotou-se este modelo, já aprovado pelo jurídico deste Ministério, para o Plano de Trabalho anexo ao Acordo, atendendo também desta forma a recomendação da letra "d" do item 14 constante do parecer jurídico do Ministério da Educação.

3.17. Ressalta-se que foi acrescentado, na nova minuta de Plano de Trabalho, cláusula referente aos resultados esperados, conforme modelo adotado pela AGU.

**RESULTADOS ESPERADOS**

A finalidade do programa Conta pra Mim é de orientar, estimular e promover práticas de literacia familiar em todo o território nacional. Este programa é fundamentalmente uma política que difunde práticas agregadoras e de fortalecimento de vínculos familiares, relacionadas com a linguagem, a leitura e a escrita, que prepara os caminhos para a alfabetização e fornece as bases para uma vida escolar bem sucedida. O programa destina-se a todas as famílias brasileiras, tendo prioridade aquelas em condição de vulnerabilidade socioeconômica. Para alcançar as famílias que se encontram nessa situação, faz-se necessária a parceria com o Programa Criança Feliz.

Como, na maioria dos casos, essas famílias em vulnerabilidade socioeconômica não possuem condições de obter materiais mínimos que servirão de apoio para essas práticas, em especial, os livros literários, espera-se mitigar essa realidade por meio da união de esforços. Sendo assim, espera-se que a parceria com o Ministério da Cidadania, que já possui uma rede de visitantes domiciliares bem estruturada e que atendem famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica, possa sensibilizar pais e cuidadores quanto à importância de se engajarem no apoio ao desenvolvimento das crianças, por meio da utilização de estratégias de literacia familiar.

Espera-se, também, que com o fornecimento de materiais de promoção de literacia familiar, haja um maior engajamento dos pais na aplicação das práticas de literacia familiar, assim como, uma maior adesão das famílias às demais ações do programa Conta pra Mim.

3.18. Em relação aos itens 16 e 17 do parecer jurídico do Ministério da Educação, verifica-se que trata de demanda para a área técnica da Secretaria de Alfabetização, que será respondido por meio de Nota Técnica, com as avaliações e manifestações exigidas.

**4. CONCLUSÃO**

4.1. Considerando que foram elaboradas novas minutas de Acordo de Cooperação (SEI nº 8180971) e de Plano de Trabalho (SEI nº 8181769), contemplando as recomendações das Consultorias Jurídicas do Ministério da Cidadania e do Ministério da Educação, e que as demais recomendações foram justificadas em Notas Técnicas pelas áreas, sugerimos o encaminhamento do presente processo para análise e manifestação da Secretaria Especial de Desenvolvimento Social.

**PALLOMA DO MONTE BERFORT FRUTUSO**  
**Coordenadora-Geral de Formação e Disseminação**

**ANA PAULA GOMES MATIAS**  
**Diretora do Departamento de Atenção à Primeira Infância**

4.2. De acordo. Encaminham-se as novas minutas de Acordo de Cooperação Técnica (SEI nº 8180971) e de Plano de Trabalho (SEI nº 8181769) para análise e manifestação da Secretaria Especial de Desenvolvimento Social.

**LUCIANA SIQUEIRA LIRA DE MIRANDA**  
**Secretária Nacional de Atenção à Primeira Infância**